

Medeiros manifestou a Cardoso seu temor de que a CPI do Orçamento atrase a revisão constitucional

Cardoso admite "paulada" antes do ajuste fiscal

23 NOV 1993

CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, admitiu ontem que a "paulada" contra a inflação poderá ser dada antes mesmo da aprovação do ajuste fiscal, mas esclareceu que isto só será feito se o Congresso emitir sinais positivos em relação às principais medidas do pacote fiscal que será enviado nos próximos dias. "Para marchar com firmeza no combate à inflação, precisamos de um sinal claro quanto ao ajuste fiscal. Quanto mais depressa isso acontecer, melhor. Mas não vamos impor um prazo ao Congresso", ponderou.

O ministro reafirmou que o ajuste fiscal é uma pré-condição para a estabilização da economia. Ele disse que as emendas constitucionais que serão enviadas ao Congresso no início de dezembro, após a viagem que fará ao Canadá, são "claras" quanto ao fato de que o Governo passará a ter condições de "equilibrar" as suas contas a partir do ano que vem. "Garantido o ajuste, temos várias alternativas para a política monetária", disse.

Medidas — As emendas prevêem o aumento da receita tributária, por meio da criação de alguns impostos, e o estabelecimento de um novo pacto federa-

tivo, com a redistribuição de encargos entre União, estados e municípios e este assunto foi debatido ontem pelo ministro com o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros. Segundo informações do ministro Antônio Medeiros, o novo pacto visa a reduzir boa parte das atuais atribuições do Governo Federal. Faz parte do ajuste fiscal também a aprovação de uma proposta orçamentária para 1994, contendo profundos cortes nas despesas.

Telefone — O desencontro de informações sobre o plano econômico — "cada dia a imprensa publica uma coisa diferente" — pode estar confundindo boa parte do mercado financeiro e gerando desconfiças e especulações, mas para alguns analistas mais experientes é resultado apenas do vazamento das propostas que estão sendo discutidas pela equipe da fazenda e não de decisões já tomadas. "É o telefone sem fio", brinca o economista chefe do Citibank e ex-diretor do Banco Central, Luís Eduardo Assis. Para ele, aquilo que os jornais vêm tornando público não é coerente, não "fecha", nem está de acordo com a reconhecida competência dos assessores da Fazenda.

Nesse sentido, Assis destaca

como inverossímil a criação de um indexador prefixado e voluntário. "Ou um redutor seria compulsório ou não atrair os agentes econômicos se eles puderem escolher", disse. O economista acredita, no entanto, que a equipe econômica deseja um indexador único que possa, num primeiro momento, ordenar os preços relativos da economia. Mas ressalva que esse indexador não previria redutor, indutor ou prefixação, não tendo, portanto, nenhum efeito sobre a queda da inflação. Essa investida seria apenas uma preparação para a futura desindexação, que quebraria a inflação inercial (paulada), mas que dependerá fundamentalmente do ajuste fiscal. "Tudo converge para o ajuste fiscal".

Fernando Henrique voltou a dizer que não há, no momento, razões para o descontrole da inflação. Segundo ele, o Governo conseguirá equilibrar suas contas excluídas as despesas com o pagamento da dívida este ano.

Já o líder da Força Sindical disse que está angustiado com possibilidade da revisão constitucional não sair por causa da CPI do Orçamento e que vai procurar o presidente Itamar Franco para discutir o assunto.